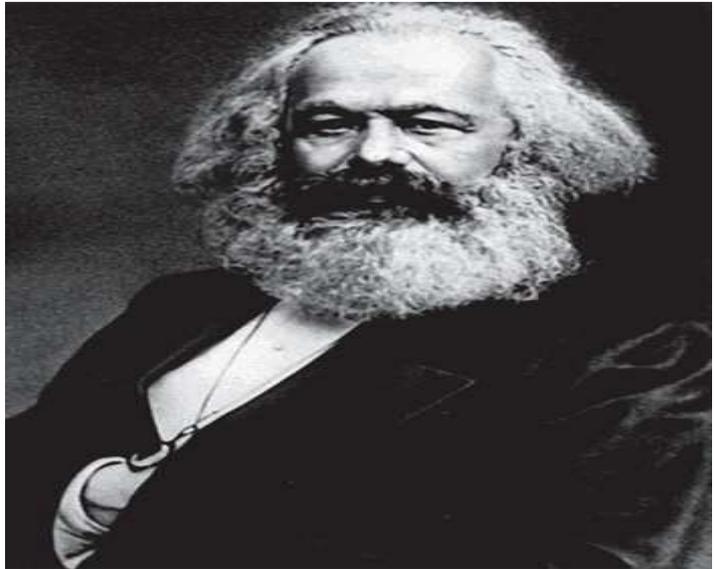


ESPECIAL**KARL MARX TEORIA E PRÁXIS DE UM GÊNIO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

Em um momento em que o capitalismo atinge mais uma crise, e cogita-se um sistema mais justo e igualitário, as idéias do filósofo alemão reassumem a sua aspiração prática

POR VÂNIA NOELI FERREIRA DE ASSUNÇÃO

A anedota contada pelo filósofo húngaro Mészáros adapta-se perfeitamente a fenômenos recentes ocorridos no mundo afora: o descarte da obra de Marx. Karl Marx foi considerado recentemente, por leitores de um grande veículo de comunicação, o filósofo mais influente de todos os tempos; ao mesmo tempo, nenhum outro foi tantas vezes dado como morto - o que só prova sua vitalidade, mesmo contra a vontade de seus inimigos.



Marx também sofre com seus autodenominados partidários, pelos quais tem sido impiedosamente mutilado - por exemplo, com a artificial separação entre "jovem Marx" e "Marx maduro"; com a negação da interdependência entre teoria e prática; e, por conseguinte, com o descarte da parte "morta" de sua obra, a ontologia do trabalho, e manutenção da parte "viva", o método dialético, que seria aplicável principalmente a questões culturais, para ficar apenas com algumas situações. O estino trágico de seu pensamento só é comparável à dureza de sua vida. Veremos adiante como viveu, onde nasceu e o que produziu.

Foto do filósofo registrada em 1875. No seu túmulo, no cemitério Highgate, em Londres, está inscrita a seguinte frase: "os filósofos interpretaram o mundo de várias maneiras, mas o ponto é mudá-lo"

Até quase o final do século XIX o país onde nasceu Marx não havia se unificado: usa-se o termo "Alemanha" nesse período para se referir a 38 pequenos Estados (ducados, principados e outros) onde vigorava um verdadeiro "absolutismo em miniatura". Muitos destes Estados ainda mantinham suas próprias leis civis, impostos e moedas, sistema de pesos e medidas e fronteiras aduaneiras. Esta fragmentação era um obstáculo ao desenvolvimento econômico, mas também ao político, pois, além de os pequenos Estados se tornarem joguete dos grandes, seus soberanos lutavam ferrenhamente para se manter no poder e, para tanto, opunham-se decididamente a todo progresso. Esta situação diferenciava o país da Inglaterra e da França, cuja unificação, com a constituição das monarquias nacionais, ocorreu lado a lado com a dissolução da ordem feudal, num processo secular.

"Alguns anos atrás, a revista Time colocou em sua capa o busto de Marx com a

inscrição 'Marx está morto', assinado 'Os novos filósofos franceses'. Isso me lembrou do que ocorrera muitos anos antes no Salão da Fama da Universidade de Viena, onde o busto de Nietzsche portava a inscrição 'Deus está morto', assinado 'Nietzsche'. Certo dia, outra inscrição apareceu abaixo da original. Dizia: 'Nietzsche está morto. Deus'."

Durante boa parte do século XIX aquele era um país ainda rural, dominado pelos Junkers -aristocratas que compunham os altos escalões da poderosa burocracia prussiana e do exército. Seu desenvolvimento capitalista, embora fizesse progressos, era atrasado, ganhando fôlego apenas na segunda metade do século, principalmente no último quartel. As classes sociais típicas do capitalismo ainda eram incipientes. A burguesia se associara aos representantes da antiga ordem na manutenção dos privilégios feudais, somados às vantagens da indústria. Formando-se num momento histórico em que já estavam claras as contradições com o proletariado revolucionário nos países europeus mais avançados, renunciara à revolução e ativera-se apenas às tarefas burguesas clássicas de talhe econômico (unidade monetária, liberdade profissional e de circulação etc.). A pequena burguesia urbana estava dispersa e não tinha organicidade, voltada que estava para seus interesses locais.

István Mészáros,

O poder da ideologia

O proletariado também era apenas incipiente e tinha pouca coesão teórica. As amplas camadas camponesas eram submetidas a uma acentuada exploração semifeudal e à ausência de manufaturas as impedia de se tornarem proletárias. Na Europa como um todo, seria

nos anos de 1840 que o proletariado, que até então era guiado pela burguesia nas lutas revolucionárias, realizaria suas primeiras lutas autônomas e coerentes e caminhava para a aproximação teórico-ideológica com o socialismo. Na Alemanha, porém, o proletariado ainda não tinha tido condições de formar organizações independentes e a forte censura e a proibição de reuniões políticas pioram o quadro.

Com isto, não houve revolução burguesa na história alemã, em que a antiga ordem foi desmontada de forma conciliada e que a nova ordem se impôs sem nuances liberal-democráticas. A própria burguesia, como mencionado, abriu mão de seu domínio político para instituir um mundo economicamente capitalista sem os percalços da participação das massas. Por isso o filósofo húngaro Georg Lukács afirmava que, enquanto a Europa se desenvolvia, "na Alemanha, se mantém em pé tudo o que há de miserável nas formas de transição da Idade Média à época moderna" (Lukács, 1972, p. 29). Acrescente-se ao quadro o domínio exercido pela Prússia reacionária.

ABREVIACÕES USADAS PARA DESIGNAR OBRAS OU TEXTOS DE KARL MARX

18BLB - O 18 Brumário de Luís Bonaparte
CFDH - Crítica do direito do Estado de Hegel
CRJ - Cavaignac e a Revolução de Junho
GCF - A guerra civil na França
IA - Ideologia alemã
ICFDH - Introdução - Crítica da filosofia do direito de Hegel

A cidade de Trier, onde nasceu Karl Marx, entretanto, era diferente. A Renânia, região na qual estava inserida, havia feito parte da República Francesa, ocupada que fora por Napoleão (1794), até que a Restauração (1815) a devolveu à Prússia. Muitas das novidades que a Revolução trouxera, como o Código Civil, foram introduzidas lá. Além disso, o Vale do Reno era bastante desenvolvido economicamente e sua burguesia tinha caracteres liberais, reivindicava maior participação política e tinha sérias reservas em relação ao governo prussiano, o que fez dela representante dos burgueses da Prússia e de toda a Alemanha.

LCF - Lutas de classes na França de 1848 a 1850
MC - Manifesto comunista
MEF - Manuscritos econômico-filosóficos
MF - Miséria da filosofia
SF - A sagrada família ou crítica da crítica crítica

Se em termos econômico-sociais a Alemanha mantinha-se na retaguarda do desenvolvimento social europeu, na filosofia alemã eram debatidos os mais importantes temas da época. De fato, na ausência de classes sociais desenvolvidas, as grandes lutas ali se davam no âmbito teórico. Mais: descolada das condições sociopolíticas atrasadas (ou seja, sem ser cotejada com a realidade) e sem bases sociais sólidas, aquela filosofia avançava matizes fortemente especulativos. Os filósofos mais importantes viam-na como a verdadeira origem e o motor da história - a qual estaria, ou deveria estar, submissa às suas determinações. Avaliando que, a partir da Revolução Francesa, o indivíduo estava emancipado, os filósofos idealistas acreditavam que a atividade racional e livre deste era o centro da história.

Georg W. F. Hegel (1770-1831) era, de acordo com Marx, a mais alta expressão da filosofia alemã daquela época, cujos principais temas debatia. Seu pensamento se tornara o grande centro da vida intelectual alemã, e no período entre 1831 (ano de sua morte) e as Revoluções de 1848 a grande questão alemã dizia respeito à sua herança. Sua obra era reivindicada por dois grandes grupos, um à sua direita e outro à sua esquerda - ambos quebravam o sutil equilíbrio em que ele se mantivera, levando às últimas conseqüências sua filosofia. A grande discussão tinha como nóculo central a determinação hegeliana segundo a qual "o racional é real; o real é racional". Um grupo, ortodoxo, enfatizava o aspecto conservador da assertiva, buscando associar o existente ao racional, identificado com a sociedade e o Estado prussianos. Tornava Hegel um apologeta do existente e explorava em seu pensamento aspectos dúbios que forçavam uma identificação entre racional (processual) e real (contingente) que ele não apregoava. Esta corrente de direita explorava o sistema hegeliano, cuja maior expressão era seu logicismo. Hegel tomava a história como um processo lógico do desenvolvimento do Espírito no qual este vai tomando consciência de sua liberdade. Em última instância, esta percepção leva a uma teoria do fim da história, que é a reconciliação do Espírito com a realidade histórica por meio da racionalidade sediada no Estado.

ROUSSEAU E VOLTAIRE NUMA PESSOA SÓ

Karl Heinrich Marx (1818-1883) nasceu em Trier, na Renânia, filho de uma família de classe média de judeus convertidos ao protestantismo. Ingressou na Universidade de Bonn em fins de 1835, para estudar direito. No ano seguinte, porém, transferiu-se para Berlim, para evitar o ambiente de pândega que se vivia em Bonn, passando a se dedicar principalmente à Filosofia.

Em Berlim, Marx sofreu a influência decisiva dos neo-hegelianos, a nova geração dos seguidores de Hegel que debatia suas obras com os hegelianos ortodoxos. Defendeu uma tese doutoral sobre as Diferenças da filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro, com a qual pretendia uma vaga como professor universitário. No entanto, o governo prussiano aprofundou a repressão contra os

uma importante influência na universidade, impedindo-o de seguir carreira acadêmica.

Assim, em 1842, tornou-se jornalista e, depois, redator-chefe da Gazeta Renana, jornal da burguesia liberal da região do Vale do Reno. No ano seguinte, entretanto, o jornal teve sua circulação proibida pela censura. Marx, então com 24 anos, aproveitou a pausa para se casar com sua noiva de longa data, sua bela amiga de infância Jenny von Westphalen, de uma alta família de Trier. Na mesma época do casamento iniciou sua viragem decisiva em direção ao comunismo, afastando-se da herança idealista dos neohegelianos. O recrudesimento da repressão e a ausência de meios de vida na Alemanha levou-o a exilar-se na França, onde teve contato estreito com diversas correntes socialistas e com o movimento operário mais organizado da Europa. Em 1844, Marx conheceu Engels, com quem teve uma amizade sólida e com quem escreveria algumas obras significativas. Após as Revoluções de 1848, emigrou definitivamente para a Inglaterra, vivendo durante vários anos como publicista. Nesta tarefa, escreveu sobre temas da história contemporânea que vão das crises capitalistas às guerras, dos Estados Unidos à Índia, das reivindicações de sufrágio universal às pendengas bonapartistas de Bonaparte III. Também foi fundador da Associação Internacional dos Trabalhadores e acompanhou de perto o movimento operário internacional. Durante muitos anos, na Inglaterra, tocou "o fundo da miséria burguesa", endividado e doente. Morreu em Londres, no exílio.

Marx e Jenny tiveram cinco filhos: Franziska, Edgar, Eleanor, Laura e Guido, além de um natimorto. Franziska, Edgar e Guido tiveram vida breve: morreram ainda na infância, em meio às grandes dificuldades materiais que a família Marx experimentava. A morte dos filhos foi um duro golpe para Marx, especialmente a de Edgar. Conforme escreveu a Lassalle, "Bacon diz que os homens verdadeiramente importantes têm relações tão diversas com a natureza e com o mundo, tantos objetos prendem seu interesse, que lhes é fácil esquecer a dor de qualquer perda. Eu não sou desses homens importantes. A morte de meu filho abalou profundamente meu coração e meu cérebro e sinto a perda com a mesma intensidade do primeiro dia".

Karl Marx assombrava os contemporâneos por sua inteligência aguçada, seu estilo, sua extrema capacidade analítica. Dono de uma verve vigorosa, recorria freqüentemente à *reductio ad absurdum* [redução ao absurdo] para provar as últimas conseqüências de um argumento. Também se valia com extrema capacidade de metáforas brilhantes e elucidativas. Para entender qualquer assunto, até mesmo uma doença de Engels, mergulhava em estudos aprofundados e sempre insistia em que precisava ler mais e mais. Seu pai o admirava profundamente, mas dizia temer seu espírito "demoníaco" e "faustiano". Moses Hess, eminente jovem hegeliano, assim o descreveu em 1841, quando Marx se aproximou do Clube dos Doutores e passou a ser o centro desta agremiação: "Deves preparar-te para conhecer um muito grande, se não único, filósofo autêntico da nossa época (...) O doutor Marx, assim se chama o meu ídolo, é ainda um homem muito jovem (tem uns 24 anos), que dará o golpe de misericórdia na religião e na política medievais; alia a mais profunda seriedade filosófica ao humor mais fino; pensa em Rousseau, Voltaire, Holbach, Lessing, Heine e Hegel, reunidos numa só pessoa - digo: reunidos e não misturados - e terás o Dr. Marx".



Frontispício da obra O 18 de Brumário de Luis Bonaparte, em alemão, de 1852. Este texto foi publicado primeiramente na revista mensal, editada em Nova Iorque, chamada Die Revolution (A revolução)

O outro grupo, de esquerda, enfatizava a racionalidade: esta, no seu entender, estava sendo confrontada pelas mazelas da realidade alemã e só se efetivaria com a negação do existente irracional. Este grupo tomava como mais importante em Hegel seu método, centrado na dialética. Segundo esta percepção, a idéia e, por conseguinte, o mundo que dela deriva, está em movimento contínuo e ascendente. Este processo de desenvolvimento ocorre por meio da luta de contrários cujo resultado é a abolição das velhas contradições, o surgimento do novo e a emergência de novas contradições. Os hegelianos da nova geração criticavam o mestre pela contradição inerente à idéia de realização da razão na história através do Estado, a qual ia contra a processualidade histórica dinâmica e infinita.

Os hegelianos radicais estavam reunidos no Clube dos Doutores e nenhum deles tinha 30 anos - o que os levou a ser chamados Jovens Hegelianos. Dirigiam suas críticas tenazes à teologia inerente à cultura alemã e reproduzida na filosofia de Hegel. Diferentemente dos ortodoxos, porém, estes hegelianos não formavam propriamente um grupo, não tinham nenhuma unidade. Muitos tendiam a uma concepção subjetivista da história, à crença na onipotência do pensamento crítico e à subestimação da ação prática. Entre os Jovens Hegelianos estavam desde liberais até ateus e materialistas de esquerda, sob forte influência de Ludwig Feuerbach (1804-1872).

A religião (e sua análise) tinha grande relevância num país que não se proclamara ainda laico; com todas as restrições à liberdade de imprensa e de opinião, a crítica à religião acabava sendo, no fundo, uma crítica social indireta. Questionar a religião enquanto revelação divina significava, naquele contexto, pôr em discussão os fundamentos do regime que ainda não tinha se laicizado - tinha, portanto, importante papel político. Somando-se a falta de liberdades e a censura, entende-se por que este assunto era tão debatido no final dos anos 30. É neste contexto que o jovem Marx chega à faculdade.

Sua formação acadêmica ocorreu entre os anos de 1836 e 1841, em Bonn e Berlim. Uma vez na universidade, Marx vê diante de si a polêmica em torno da extensa e complexa obra hegeliana e aproxima-se dos Jovens Hegelianos - admirava, principalmente, Feuerbach. No entanto, nunca foi um neohegeliano tradicional: buscava sempre criticar a filosofia hegeliana com base na realidade prussiana e em limites do velho filósofo para entender seu próprio método.

Os anos de 1841-47 marcam o período de formação do pensamento marxiano, debruçando-se sobre os grandes temas de sua época

Na universidade (1836-1841), Marx estudou uma grande variedade de temas - jurisprudência, Filosofia, História, Socialismo e Comunismo, economia política - e tentou até desenvolver um sistema filosófico completo. Insatisfeito com os primeiros esforços, dedica-se a um amplo estudo da História da Filosofia da Antigüidade. No começo de 1841, inicia a redação de sua tese doutoral sobre a filosofia da natureza de Demócrito (460 a.C. - 370 a.C.) e Epicuro (341 a.C. - 270 a.C., aproximadamente). Estudando os dois filósofos atomistas (portanto, materialistas), toma Epicuro como superior em vários momentos: neste não há dúvidas sobre a possibilidade do conhecimento e da ciência, pois essência e fenômeno não são dissociados. Além disso, para Epicuro os átomos não seguem apenas movimentos predeterminados em linha reta, mas desviam-se desta. Como os homens são aglomerados de átomos, a possibilidade de declinação da linha reta significa que o determinismo natural não tem total controle e que os homens podem experimentar a liberdade. Para Marx, Epicuro era o grande iluminista da antiguidade, dada sua luta pela libertação dos homens dos preconceitos, do misticismo, do determinismo natural ou sobrenatural.



"Na realidade, existem muitas outras mulheres e algumas delas são belas. Mas onde eu encontraria de novo um rosto no qual cada traço - e mesmo

Com a tese doutoral, Marx pretendia pleitear uma vaga como professor universitário, mas o recrudescimento da repressão contra os neo-hegelianos frustra suas expectativas. Optou, então, pelo jornalismo. Naquela época os jornais faziam o papel de articuladores político-ideológicos, pois não havia organizações políticas fortes. A imprensa era, então, centro privilegiado do debate intelectual sobre questões candentes. Marx passou a atuar como correspondente e redator na Gazeta Renana (1842-3), órgão da burguesia liberal da Renânia que, excluída do Estado, reivindicava participação política e direitos de manifestação que refletissem o crescimento econômico que o país estava conhecendo. De seu período como jornalista restaram textos bastante interessantes sobre a questão da liberdade de imprensa, do Estado e da representação política, a situação dos vinhateiros do Vale do Mosela, a lei sobre o roubo de lenha, especulação filosófica e questões religiosas, o livre-câmbio e o protecionismo. Nos seus textos jornalísticos podemos encontrar críticas sociais radicais que inexistem em Hegel e critica a distância da filosofia neohegeliana em relação à realidade alemã. Mas Marx ainda não havia rompido com o idealismo ativo ao qual se vinculava. De acordo com seu próprio depoimento, foi como jornalista que teve de discutir assuntos que o obrigaram a repensar todo o seu aparato teórico anterior, que não respondia suficientemente aos problemas com os quais tratava: "Em 1842/43, sendo redator da Gazeta Renana, vi-me pela primeira vez no difícil transe de ter que opinar sobre os chamados interesses materiais" (Marx, s.d a, pp. 300-1). Ainda que dêem os fundamentos para a maturidade teórica, os artigos da Gazeta Renana incluem-se e arrematam a fase "fase juvenil" de Marx e se distanciam radicalmente da fase posterior.



A Comuna de Paris (1871) foi o primeiro levante autônomo dos proletários. Um governo socialista governou a capital francesa de 26 de março até 28 de maio daquele ano. Na imagem, de André Adolphe Eugène Disderi (1819- 1889), a Coluna Vendôme, na praça homônima, tomada por barricadas, destruída pelos revolucionários

Seus textos jornalísticos têm como ponto nevrálgico a afirmação da racionalidade do Estado, do Direito e das instituições em geral e a conseqüente denúncia dos realmente existentes. Neste momento, Marx era um democrata radical que ainda seguia a tradição que tomava o Estado como uma comunidade de homens éticos e racionais, pelo qual entrelaçam seus fins particulares aos interesses gerais, superando as divergências particulares. O Estado era então, para ele, uma entidade autocentrada e o mais alto representante da razão e da universalidade humanas, e a política era tida como uma qualidade humana fundamental, uma característica imanente ao ser social, à qual cabiam tarefas vitais no seio da sociabilidade. Em fins de

1842, a repressão contra a imprensa liberal ganhou ainda mais força e a Gazeta Renana foi proibida no início do ano seguinte, obrigando Marx a buscar outra atividade.

A conversão ao Socialismo
É bem conhecida a teoria das assim chamadas "três fontes" constitutivas do pensamento de Marx, segundo a qual ele teria se apropriado e reelaborado os mais avançados domínios do pensamento social do século XIX - a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês - fundindo-os na "doutrina marxista". Evidentemente, não se pode ignorar que Marx foi herdeiro crítico de uma determinada tradição filosófica que vai do Renascimento ao neohegelianismo, passando pelo materialismo. Mas Marx não simplesmente se apropriou dela: ele a estudou e a criticou, porque a considerava limitada historicamente. Em vez de "três fontes", portanto, o pensamento marxiano foi se formando a partir de três críticas: a crítica à especulação, a crítica à politicidade e à economia política (crítica do capital e suas formas de sociabilidade e a de sua ciência).

Para Marx, toda teoria que fosse produto da imaginação, e que tentasse mudar a realidade, estaria fadada ao fracasso

Os anos 1841-47 marcam o período de formação do pensamento marxiano. Debruçando-se sobre os grandes temas de sua época e criticando-os, transita do idealismo ativo à democracia radical e desta à revolucionária. Após um extenso e complexo percurso intelectual, o pensamento de Marx é então já adulto, embora não plenamente maduro; chegará nos anos 50, com a retomada dos estudos econômicos. Esse período pode ser dividido em duas fases: a primeira (1841-43) inclui sua tese

doutoral e os textos jornalísticos, sua etapa ainda juvenil, com cujos preceitos teóricos romperá em seguida. A segunda fase se inicia em meados de 1843 e vai até 1847. Seu marco inicial é a redação da Crítica da filosofia do direito de Hegel e seu último texto é Miséria da filosofia. Os escritos deste período representam a primeira exposição de seu pensamento próprio. Portanto, é na redação da Crítica, de 1843, que está o momento exato da inflexão de Marx em direção à sua fase marxiana - termo utilizado para se referir ao pensamento do próprio Marx, diferenciando-o dos muitos marxismos posteriores -, resultado do debate com as grandes correntes filosóficas de sua época, sua crítica e superação radical.

INTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA

De acordo com Marx, todas as concepções históricas anteriores deixaram de abordar a base real da história ou a consideraram algo acessório, sem relação com o desenvolvimento histórico. Por isso, a história aparece como dissociada da vida usual, uma verdadeira "coleção de fatos mortos". Contra os filósofos idealistas, Marx argumenta que é "o homem, o homem real e vivo que faz tudo isso, possui tudo isso e luta nesses combates; não é certamente a 'história' que se serve dos homens como meio de realizar - como se fosse uma entidade à parte - os seus próprios fins; ela é apenas a atividade do homem que prossegue os seus fins" (SF, p. 140).

CONJURAÇÃO

DOS

IGUAIS

Ele mostrava, diferentemente, que a "sociedade civil é o verdadeiro lugar e cenário de toda a história" (IA, p. 38). Abarca toda a vida comercial e industrial, indo além dos limites do Estado e da nação. Neste campo, os homens fazem sua própria história, mas não segundo seus próprios desejos, e sim de acordo com as condições que herdaram do passado. Trata-se, pois, de uma determinação objetiva, de acordo com a qual as possibilidades e os limites de atuação estão postos pela realidade de cada época. Era o inverso do que pregavam muitos dos grupos organizados, ainda à época, em moldes carbonários, vários deles ainda sociedades secretas que pregavam a tomada de poder por um pequeno grupo, de acordo com a tradição iniciada com a Conjuração dos Iguais e mantida em face da repressão às associações operárias e socialistas que ainda vigia pela Europa.

A assertiva marxiana é conhecida: "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado." O que não se refere apenas às condições objetivas, pois também "a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos" (18BLB, p. 17).

Suas qualidades analíticas de historiador - para Marx, só há uma ciência, a ciência da história - ficaram gravadas em centenas de textos escritos para periódicos da época, bem como em obras consagradas como As lutas de classe em França, O 18 Brumário de Luís Bonaparte e A guerra civil na França, nas quais expõe detalhadamente os acontecimentos entre as revoluções de 1848 e a Comuna de Paris. Marx evidencia como os fatos singulares e caóticos são apenas a aparência de relações muito mais profundas, que só podem ser apreendidas a partir de uma pesquisa que respeite a natureza específica do objeto que investiga. Não se trata, obviamente, de uma postura conformista em relação ao real, mas de partir de sua objetividade para compreendê-lo em suas dimensões amplas e profundas e, é claro, possibilitar uma atuação prática eficiente no sentido das transformações necessárias.

DETERMINISMO

Em seus textos, Marx mostra a atuação dos indivíduos e das classes sociais na História, sob

detém em reproduzir analiticamente uma história e um indivíduo quaisquer, pessoas comuns vivendo seu ramerrão cotidiano, indivíduos fragmentados pela sociedade burguesa, como pregam as atuais correntes historiográficas predominantes. Aprofundando-se na discussão sobre a prática humana, a tematização marxiana elimina a suposta dissociação entre "estrutura" e "conjuntura", que ele demonstra serem aspectos simultâneos e inseparáveis de um mesmo processo, na qualidade de sua vertente passiva e do fator ativo (práxis). Da mesma forma também fica rejeitada a suposta contradição ou desconjunção entre determinismo da estrutura e as possibilidades de atuação do homem. Igualmente, uma pretensa e falsa antinomia entre história efetiva e a consciência não se encontra no pensamento marxiano.

Entre 1843 e 1844, Marx se dedicou ao estudo dos teóricos clássicos da estrutura e da natureza do poder (Maquiavel, Hobbes, Rousseau), da história antiga e da Revolução Francesa, da filosofia hegeliana e da economia política, preenchendo inúmeros cadernos com extratos comentados das leituras realizadas. Neste período também entrou em contato com a Liga dos Justos, sociedade comunista secreta fundada oito anos antes, freqüentou reuniões operárias e acompanhou acontecimentos como a revolta dos tecelões da Silésia. Juntas, estas circunstâncias levaram-no a iniciar uma verdadeira revolução copernicana em seu pensamento. Acompanhem as críticas sobre as quais fundou seu pensamento original.



[...] crianças de nove ou dez anos são arrancadas de suas camas imundas às duas, três ou quatro horas da manhã e obrigadas, para ganhar a subsistência, a trabalhar até às dez, 11 ou 12 horas da noite; enquanto braços e pernas definham, a estatura atrofia, as linhas faciais se embotam e a essência se imobiliza num torpor pétreo cuja aparência é horripilante [...], relatou o jornal britânico Daily Telegraph. Criança trabalha em fábrica têxtil na Carolina do Sul, Estados Unidos, em 1908, retratada pelo estadunidense Lewis Hine (1874-1940)

Crítica à Filosofia Especulativa

Hegel atribui ao Espírito integral, completo, o papel de realidade originária, o princípio ontológico do ser. Contudo, o Espírito acaba por entrar em contradição consigo mesmo e, então, cinde-se, sai de si, aliena-se e, nesse processo, cria o universo material, põe-se na história. O mundo é, pois, no seu entender, resultado do processo de cissura do Espírito consigo próprio, que é um processo, a um só tempo, de alienação e de objetivação. O mundo objetivo é, portanto, constituído pela ação - puramente ideal - do Espírito, que teve rompida sua unidade harmônica original e alienouse, externou-se no plano da realidade. De fato, para Hegel, alienar-se é objetivar-se. Assim, Hegel pressupunha uma identidade entre sujeito e objeto, de forma que as revoluções no campo das idéias acabariam obrigatoriamente provocando alterações na realidade. Os jovens hegelianos não superaram este idealismo e tomavam essências abstratas como o parâmetro para medir o real. Desse modo, em relação ao Estado, por exemplo, que segundo Hegel era a encarnação da razão, este deveria ser desenvolvido por meio de uma crítica que buscasse eliminar o irracional do real para aproximá-lo do conceito de Estado.

A crítica marxiana ao pensamento especulativo se iniciou com o impacto causado pela obra de Feuerbach. Este foi, segundo o próprio Marx, o único a ultrapassar os marcos da "embriaguez especulativa". Feuerbach criticava, como ponto central, a inversão ontológica operada por Hegel, segundo a qual o mundo derivava da idéia. Feuerbach considerava o Espírito uma mistificação, produto de uma inversão: a realidade ontológica original não é ideal, não é o Espírito, mas é material: é a natureza e é o homem. Para Feuerbach, ser e existência são inseparáveis: "Só um ser sensível é um ser verdadeiro, um ser real". "O ser não é um conceito universal, separável das coisas. É uno com o que é". Hegel eliminara teoricamente a contradição entre ser e pensar, tornando o pensamento sujeito, em vez de objeto, sem predicado, ou melhor, sujeito e predicado de si mesmo. Para Feuerbach, "O objeto dado ou idêntico com o pensar é apenas pensamento". Para ele, o ser é sujeito, enquanto o pensamento é predicado. Em relação à Filosofia, acreditava: "A Filosofia é o conhecimento do que é. Pensar e conhecer as coisas e os seres tais como são - eis a lei suprema, a mais elevada tarefa da Filosofia".

INVERSÃO DAS INDIVIDUALIDADES

[...] Eu, se não tenho dinheiro para viajar, não tenho necessidade alguma, isto é, nenhuma necessidade efetiva e efetivando-se de viajar. Eu, se tenho vocação para estudar, mas não tenho dinheiro algum para isso, não tenho nenhuma vocação para estudar, isto é, nenhuma vocação efetiva, verdadeira. Se eu, ao contrário, não tenho nenhuma vocação para estudar, mas tenho a vontade e o dinheiro, tenho para isso uma vocação efetiva. O dinheiro - enquanto exterior, não oriundo do homem enquanto homem, nem da sociedade humana enquanto sociedade - , meio e capacidade universais, faz da representação efetividade e da efetividade uma pura representação, transforma igualmente as forças essenciais humanas efetivas e naturais em puras representações abstratas e, por isso, em imperfeições, angustiantes fantasias, assim como, por outro lado, transforma as efetivas imperfeições e fantasias, as suas forças essenciais realmente impotentes que só existem na imaginação do indivíduo, em forças essenciais efetivas e efetiva capacidade. Já segundo esta determinação o dinheiro é, portanto, a inversão universal das individualidades, que ele converte no

seu contrário e que acrescenta aos seus atributos contraditórios. Enquanto tal poder inversor, o dinheiro se apresenta também contra o indivíduo e contra os vínculos sociais etc., que pretendem ser, para si, essência. Ele transforma a fidelidade em infidelidade, amor em ódio, ódio em amor, a virtude em vício, o vício em virtude, o servo em senhor, o senhor em servo, a estupidez em entendimento, o entendimento em estupidez [...]

Ao estudar a *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, sob o impacto das obras de Feuerbach, Marx rompeu com sua filosofia anterior. Deixava de considerar o Estado como lócus da realização da liberdade da razão humana e passou a tomar como central a sociabilidade humana, a "sociedade civil". Esta, sim, o reino da interação contraditória de indivíduos privados, é determinante em relação ao Estado. Nesta viragem ontológica, o ser passa a ser o parâmetro pelo qual se mede o conhecer; a subordinação crítica à efetividade, à realidade, são o pressuposto do conhecimento que tem rigor ontológico.

O centro de sua descoberta, e de sua crítica acerba a Hegel, está justamente em que no pensamento deste último "se converte a idéia em sujeito e se concebem as diferenças e sua efetividade como seu desenvolvimento ou como seu resultado, enquanto que se deveria, pelo contrário, desenvolver a Idéia a partir das diferenças efetivas" (CFDH, p. 325). O interesse único da especulação era descobrir categorias lógicas nas instâncias reais, então, dizia Marx, "trata-se apenas de encontrar, para determinações singulares e concretas, determinações abstratas que lhes correspondam"; com isso, perde-se a especificidade do objeto, ou seja, a especulação mostra-se incapaz de apreender satisfatoriamente seu objeto. Para Marx, a formação real deve ser reproduzida teoricamente, ou seja, a "lógica da coisa" deve ser captada, ao contrário do que a filosofia especulativa propunha, ou seja, a reprodução da "coisa da lógica", a abstração do homem real.

Hegel transforma o condicionante em condicionado, o determinante em determinado, o produtor em produto do produto. O ser real está alienado, pois é visto como obra de uma idéia subjetiva, distinta do fato mesmo, e em seguida rotulada de racional - mas uma racionalidade não embasada na própria razão, e sim resultado místico. O objetivo é tornar a realidade uma derivação lógica da idéia, numa inversão de todo o funcionamento real, segundo a qual aquilo que é causa aparece como consequência. Assim, dizia Marx, o "verdadeiro caminho a ser percorrido está invertido", pois o "que deveria ser ponto de partida se torna resultado místico e o que deveria ser resultado racional se torna ponto de partida místico" (CFDH, p. 326). Marx se esforçava para demonstrar que a inversão hegeliana superestima a abstração tornada sujeito e tira a substância dos seres reais, ou seja, altera radicalmente suas qualidades, desontologiza-os.

IDEOLOGIA E UTOPIA

A abordagem que Marx faz da natureza da ideologia é de enorme riqueza analítica. Ressalte-se a não-linearidade de sua apreensão da ideologia, que associa mecanicamente a produção intelectual de um grupo à sua posição imediata no processo produtivo, como muitos de seus seguidores posteriormente fariam.

De acordo com ele, "as idéias da classe dominante são as idéias dominantes em cada época", ou melhor, "a classe que exerce o poder material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu

poder espiritual dominante". E completava, em contraposição ao idealismo: "As idéias dominantes não são outra coisa que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as mesmas relações materiais dominantes concebidas como idéias" (IA, p. 50). Portanto, a discussão de Marx sobre ideologia vai além da classificação do que é falso e do que é verdadeiro em um pensamento: tratase, para ele, de averiguar na concreção histórica esta falsidade/verdade, a necessidade que as tornou necessárias, as funções que vêm cumprir, se atuam realmente na história como uma potência ideológica; também pode ocorrer que a inexatidão formal em termos de conteúdos represente verdades históricas.

Marx criticava a concepção de história separada da vida usual, mostrando que esta "se vê obrigada a compartilhar, especialmente, em cada época histórica, as ilusões desta época", pelo que "o que estes determinados homens se 'figuraram', se 'imaginaram' acerca de sua prática real se converte na única potência determinante e ativa que dominava e determinava" sua prática (IA, p. 42). Marx afirmava que um estudioso não pode se deixar confundir pelas idéias que os homens fazem de si próprios e nem mesmo pela vontade ou interesse imediatos destes, mas compreendê-los pelo que são efetivamente e pelo que se vêem levados a fazer no processo prático. "Não se trata de saber que objetivo este ou aquele proletário, ou até o proletariado inteiro, tem momentaneamente. Trata-se de saber o que é o proletariado e o que ele será historicamente obrigado a fazer de acordo com este ser" (SF, pp. 53-4).

ANÁLISE

MULTIFACETADA

Em Marx, objetividade e subjetividade estão entrelaçadas, cada uma atuando historicamente sob forma específica. Assim, com uma singular capacidade de apreensão e reprodução dos acontecimentos históricos, Marx clarifica particularmente como se dá a construção (histórica e social) da consciência dos seres sociais. Esta perde a aparência de autonomia e substantividade que lhe emprestava o pensamento especulativo, mas também ganha, no mesmo movimento, especificidade, numa análise rica e multifacetada que a apreende em seu devido lugar e que está em egressão em relação ao economicismo.

Para Marx, toda teoria que, em vez de uma construção coletiva e prática, fosse produto das elucubrações de algum pensador pretensioso e tencionasse substituir por suas construções mentais, o movimento real estaria fadado ao fracasso no encontro com a efetividade. Se é assim, o pensamento de Marx jamais poderia, se se quer respeitar sua gênese e estrutura interna, ser qualificado como utópico - não é atingido, pois, pelo assim chamado "fim das utopias". De fato, em vez de impor ao movimento operário fórmulas criadas por algum pedantismo de gabinete, Marx perscrutava as possibilidades reais, uma vez que, segundo afirma, a emancipação do trabalho não é um ideal a realizar, mas a libertação dos elementos da nova sociedade presentes no seio da antiga, o aproveitamento de tendências postas no real e a ação no sentido de fazer a história caminhar em determinada direção.

A célebre tese segundo a qual a grande façanha de Marx teria sido recusar o sistema hegeliano e se apropriar de seu método dialético, no qual teria efetuado uma inversão materialista, não se mostra verdadeira. De acordo com ela, o procedimento de Marx estaria resumido à aplicação de um modelo gnosiológico que reporia o sujeito invertido da especulação em seu lugar, em vez do predicado, e vice-versa. Contudo, a revolução operada por Marx vai além. Ele recusa o método especulativo não por pequenas questões técnicas ou defeitos particulares: trata-se de uma refutação que rejeita a idéia como a entidade ontológica original. A inversão que propõe não é, portanto, puramente metodológica (a qual também está presente, mas como momento subordinado),

mas é ontológica, pois diz respeito às próprias características dos seres realmente existentes.

A política, na visão do filósofo, é a coagulação de forças pessoais num poder material que se apresenta fora do controle de seu produtor. É alienação e estranhamento

Crítica à Politicidade

A crítica à politicidade se iniciou na mesma época, por volta de 1843, também no decorrer da redação da Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel, um divisor de águas na sua formação teórica. Neste texto, Marx, que anteriormente de fendera uma noção de Estado democrático e racional, propunha a autodeterminação da sociedade civil e discutia a própria natureza da politicidade, concluindo pela necessidade de reapropriação pela sociedade civil de forças sociais alienadas na política. A concepção radical de política alcançada por Marx



Essa charge, de 1911, descreve a estrutura do capitalismo. No topo, o capitalismo, o capital, o dinheiro. Logo abaixo, a elite dirigente, política e econômica. Depois, a Igreja, que engana; o exército; a burguesia. E, por fim, o proletariado, que trabalha e alimenta a todos. Mesmo que suas conclusões não fossem definitivas, abria uma reflexão que se adensaria muito nos meses seguintes.

A partir do outono europeu de 1843, em três textos liminares, Marx pôs as bases da crítica à tradição filosófica que tomava o homem como um ser intrinsecamente político. Os três textos mencionados são Sobre a questão judaica, "Introdução" à Crítica à filosofia do direito de Hegel e Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social. Por um Prussiano". Aí Marx discutia a natureza da política, mostrando como esta nasce das contradições sociais. A densa discussão sobre a politicidade que aparece nestes primeiros textos marxianos sintetiza sua visão madura da matéria, que o acompanharia por toda a vida. Para Marx, a política não está inscrita na natureza humana. Ela surge das debilidades de uma sociedade que não consegue se

autogerir e que precisa, desta forma, de um mediador que impeça sua destruição, dados os conflitos sociais existentes. A politicidade é, portanto, formada por energias sociais de que o homem foi despojado e que foram desfiguradas e se voltam contra ele. A política é a coagulação de forças pessoais num poder material que se apresenta fora do controle de seu produtor, numa palavra, é alienação e estranhamento.

Manifesto Comunista: " em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos"

Desta forma, a solução dos problemas identificados no seio da sociedade apontava não para a perfectibilização da política, mas para sua superação em prol da emancipação humana. Esta visão, longe de ser um desprezo pela participação política, pretende ir mais além da politicidade. O filósofo alemão afirmava que a emancipação política era a "forma mais alta da emancipação humana dentro da ordem do mundo atual", mas destacava que não era "a forma mais alta da emancipação humana em geral" (QJ, p. 471). O homem emancipado politicamente, base do Estado, é o indivíduo egoísta, alienado, fragmentado, ligado aos demais pela necessidade natural e pelo interesse (vigentes na vida civil). Contrapõe-se a ele um abstrato "homem moral", o cidadão da ilusória comunidade política, que teria no Estado o representante dos seus interesses comuns, mas que só existe sobre a base real dos vínculos existentes, ou seja, dos diversos interesses particulares.

[...] a liberdade não pode consistir senão nisso: os produtores associados - o homem socializado - regulam de maneira racional suas trocas orgânicas com a natureza e as submetem a seu controle comum em lugar de serem dominados pela pujança cega dessas trocas; eles as cumprem dispensando o mínimo de energia possível, nas condições as mais dignas, as mais conformes à sua natureza humana. Mas o império da necessidade não deixa de subsistir [...]

Karl Marx

O próprio enfrentamento efetivo, prático, destes interesses particulares, obriga à interposição do interesse geral ilusório representado no Estado e separado dos interesses reais, particulares e coletivos. Esta contradição entre vida pública e vida privada é possível numa "sociedade que faz que todo homem encontre nos demais não a realização, mas, pelo contrário, a limitação de sua liberdade" (QJ, p. 479). Assentado na contradição entre a vida pública e a vida privada, o Estado só pode manter diante da sociedade uma posição administrativa; jamais poderia atentar contra este que é o ventre que o trouxe à luz - por isso, diz Marx, sua lei é a impotência. Por isso também os grupos políticos se responsabilizam mutuamente pela miséria social, jamais conseguindo entender o problema como relacionado à política em geral, mas apenas à política do grupo contrário. Onde quer que existam partidos políticos, cada um deles encontra a razão de todo mal no fato de que não seja ele, mas seu concorrente, quem empunha o timão do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários buscam a razão do mal não na essência do Estado, mas em uma determinada forma de governo, que tratam de substituir por outra. (GC, pp. 512-3) Estes grupos jamais solucionariam os males

sociais, pois estão presos a um entendimento político, o qual os leva a tomarem medidas administrativas e filantrópicas inócuas. Quanto mais unilateral e, portanto, mais perfeito seja o entendimento político, tanto mais crerá na onipotência da vontade, tanto mais resistirá a ver as barreiras naturais e espirituais que se levantam diante dela, mais incapaz será, por conseguinte, de descobrir a fonte dos males sociais (GC, p. 514).



Para o jornalista inglês Francis Wheen, autor do livro *O capital* (uma biografia), da editora Zahar, "longe de ter sido soterrado pelos destroços do Muro de Berlim [na imagem, sua construção, em novembro de 1961], Marx só agora emerge em seu verdadeiro significado. Ele ainda pode vir a ser o mais influente pensador do século XXI", já que, enquanto durar capitalismo, seu pensamento estará vivo

uma tarefa particular e passageira, a destruição da antiga ordem, que por consequência elimina o Estado e a política.

Marx apontava as limitações de uma "revolução meramente política, a revolução que deixa em pé os pilares do edifício", que é uma revolução parcial de uma classe que se emancipa e instaura seu domínio sobre a sociedade como um todo (ICFDH, p. 10). À revolução política compete destruir a antiga forma política, mas a destruição da sociedade antiga, cujos defeitos e debilidades suscitaram a mediação da política, depende de uma revolução social. A alma política de uma revolução é a disputa das classes alijadas do poder político para conquistá-lo, superando seu isolamento do Estado. O momento político da revolução visa a efetivar uma

O mundo político é caracterizado como imperfeito, parcial, desfrute limitado e transitório da liberdade. A política é vista como força social alienada, usurpada, pervertida, estranhada, voltada contra os próprios homens; uma perfectibilização deste atributo significaria agudizar as contradições de que nasceu. Todas as revoluções aprimoraram o poder do Estado - tratava-se agora de destruí-lo. Neste sentido, a emancipação humano-societária é reintegração e recuperação daquelas forças sociais alienadas na política, aquisição da capacidade de autorregulagem e dispensa da mediação da política. Faz-se necessário, portanto, ir mais além da política e construir formas organizacionais que inibam e desmontem o aparato político que opõe ao homem suas próprias forças alienadas. Ou seja, a revolução social ultrapassa os aspectos meramente políticos para atingir o grau humano, mais alto, ganhando uma alma social, universal, quando demole o isolamento do homem em relação à sociedade (sua essência) e possibilita a reorganização das forças sociais, sua reabsorção pela comunidade. Quando o homem as tiver reapropriado e prescindir do "rodeio" que o Estado representava, a emancipação terá se efetivado e começará o reino da liberdade.

Em suas análises, durante algum tempo, Marx avaliou as revoluções tendo como parâmetro analítico os processos revolucionários burgueses; mesmo assim, salientava a diferença específica da revolução levada a cabo pelo agente social do trabalho estranhado, seu significado e sua forma peculiares, bastante diferentes das revoluções burguesas. Enquanto estas se davam aos saltos, colhendo triunfos e rapidamente ganhando caráter conservador, a "revolução do século XIX", de caráter social, deveria se desvencilhar de todas as referências do passado, a fim de dar conta do seu próprio conteúdo: "A revolução deve tirar sua poesia do futuro, não do passado" (18BLB, p. 18). As revoluções feitas pela perspectiva do trabalho se caracterizam pela constante autocrítica, pelo retorno a questões aparentemente solucionadas para suplantar os resultados dos primeiros esforços e ir além do que já se havia conquistado. Isto, porém, dada a grandiosidade de seus objetivos - diferentemente das revoluções burguesas, cujo processo era rápido, mas que tinham vida curta, atingindo logo um ponto em que a letargia se generalizava. Também se diferenciam quanto ao caráter internacional das revoluções do trabalho, em contraste com o selo nacional das revoluções burguesas. Ainda segundo Marx, o socialismo revolucionário é a expressão teórica do amadurecimento, da capacitação do proletariado para a atuação prática pela auto-emancipação até atingir, após um período de ditadura do proletariado, a abolição completa das classes sociais e o desaparecimento do poder político. Para atingir seus objetivos, é necessário mudar não mais a forma de governo, mas transformar a própria sociedade. Donde outra diferença: todas as revoluções precedentes haviam sofisticado a suntuosa máquina estatal; a missão da classe que encarna a perspectiva do trabalho era destruí-la.

A emancipação universal, humana, decorre da revolução radical, de caráter social e não meramente político. Supõe a reapropriação das suas forças sociais pela própria sociedade, a superação da divisão entre cidadão abstrato e indivíduo burguês pela conversão do homem em ser genérico. A destruição da sociedade regida pelo capital passa pela criação de "uma massa da humanidade como absolutamente 'despossuída' e, de par com isso, em contradição com um mundo existente de riquezas e de cultura, o que pressupõe, em ambos os casos, um grande incremento da força produtiva" (IA, p. 36).

O agente revolucionário era, à época, o proletariado, classe que então encarnava a perspectiva do trabalho. O proletariado era, de todas as classes que têm interesses diferenciados ou antagônicos em relação à burguesia, a única verdadeiramente revolucionária, pois era o produto mais autêntico da sociedade burguesa. Diferentemente das classes sociais que vieram antes, o proletariado construiria sua auto-emancipação, mas não se erigiria em nova classe dominante, pois sua vitória só seria alcançada quando eliminasse a si próprio e a seu contrário, ou seja, quando suprimisse "a dominação das classes ao acabar com as classes mesmas" (IA, p. 81).

Não se tratava, de acordo com Marx, de uma atuação dos operários para satisfazer suas necessidades enquanto operários, mas enquanto homens. Sob o domínio do capital, a própria personalidade humana é tolhida, constrangida e manietada - é isso que o comunismo deve superar, eliminando de um só golpe a

propriedade privada e o poder político e estabelecendo uma situação em que a individualidade possa alcançar seu máximo desenvolvimento. Marx explicava: a classe que representa o trabalho destruiria violentamente as antigas relações de produção, bases para os antagonismos de classes. Sendo o poder político "o poder organizado de uma classe para a opressão de outra", tendo sido suprimidas as lutas de classes, "o poder político perderá seu caráter político". Então, em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classes, surge uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos.

Assim, o fim último do socialismo, afirmava o pensador alemão, não é o domínio de uma nova classe sobre as demais nem a constituição de um novo Estado: Marx mencionava a Comuna de Paris de 1871, que havia destruído a idéia de que a classe operária pudesse se apoderar do aparato estatal e utilizá-lo para os seus próprios fins (MC, p. 80). A revolução social objetiva a reconciliação do trabalhador com os outros homens, com sua própria essência, a emancipação universal, humana. O comunismo deve permitir o desenvolvimento da personalidade humana.

CLASSES SOCIAIS

Trata-se de um tema extremamente relevante nas obras de Marx. Este sustentava: "a história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes" (MC, p. 93). Estas lutas são apontadas como o motor da história, pois é do conflito com as demais classes que surgem as revoluções. Na sociedade moderna, a luta de classes se resumiu a duas grandes classes sociais, a burguesia e o proletariado, pois o latifúndio já havia se tornado capitalista. Ocorreu, portanto, uma simplificação do processo, inclusive porque todos os elementos externos à dominação econômica - religião, prestígio etc. - foram eliminados.

A burguesia é a classe proprietária dos meios de produção. No processo de ascensão ao posto de classe economicamente dominante, a burguesia conquistou ao mesmo tempo o poder político. De acordo com Marx, enquanto todas as outras classes dominantes tinham como condição de existência a manutenção do antigo modo de produção, "a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção e, por conseguinte, as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais" (MC, p. 96). Neste processo, assemelha-se ao aprendiz de feiticeiro que perdeu o controle sobre os poderes que conjurou e enfrenta contínuas crises decorrentes da contradição entre as forças produtivas modernas e as modernas relações sociais de propriedade. "As forças produtivas disponíveis já não mais favorecem as condições da propriedade burguesa; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas condições que as entravam; e, quando superam esses entraves, desorganizam toda a sociedade, ameaçando a existência da sociedade burguesa" (MC, p. 99).

GRANDE**INDÚSTRIA**

Toda tentativa de superar tais crises representam um aprofundamento das mesmas condições que as geraram. Assim, dizia Marx, a burguesia forjou as armas com que será morta, mas não se restringiu a isto: "produziu também os homens que manejarão essas armas - o operariado moderno -, os proletários". "Na mesma proporção em que a burguesia, ou seja, o capital, se desenvolve, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho, e só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital. Esses trabalhadores que são obrigados a venderse diariamente, são uma mercadoria, um artigo de comércio, sujeitos, portanto, às vicissitudes da concorrência, às flutuações do mercado" (MC, p. 99). Dessa forma, o proletariado é a classe social que, despojada dos meios de produção, é obrigada a vender rotineiramente sua força de trabalho para sobreviver. "De todas as classes que hoje se defrontam com a burguesia, apenas o proletariado é uma classe realmente revolucionária", dado que é o "produto mais autêntico" do desenvolvimento da grande indústria (MC, p. 103).

Revolução Russa, de 1917, representou a esperança de que o comunismo pudesse se espalhar pelo mundo

PODER**POLÍTICO**

De fato, toda classe revolucionária se enfrenta com outra não apenas enquanto classe, mas, também, como portadora e representante de interesses universais, de toda a sociedade. No esforço para instituir sua dominação, a classe revolucionária tem de apresentar seu interesse como interesse geral. Para tanto, é necessária a conquista do poder político; foi também o caso da burguesia em sua fase revolucionária: "Com efeito, cada nova classe que passa a ocupar o posto da que dominou antes dela se vê obrigada, para poder levar adiante os fins que persegue, a apresentar seu próprio interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expressando isto mesmo em termos ideais, a imprimir a suas idéias a forma do geral, a apresentar estas idéias como as únicas racionais e dotadas de vigência absoluta" (IA, p. 52). Não se trata, destacava, apenas de uma ilusão ou de um embuste, já que, nos primórdios, realmente seus interesses se harmonizavam com os das demais classes dominadas. Salientava, por fim, que os indivíduos só constituem uma classe quando estão em luta contra outra classe, mas, também, que a classe adquire papel substantivo em relação aos próprios indivíduos que a formam, dando-lhes limites e possibilidades. Portanto, dizia, "a classe se substantiva, por sua vez, frente aos indivíduos que a formam, de tal modo que estes se encontram já com suas condições de vida predestinadas, por assim dizer", vêem-se absorvidos pela classe num fenômeno que é a outra face da absorção dos indivíduos pela divisão do trabalho (IA, p. 61).

Desta forma, a emancipação só seria possível com o fim da propriedade privada e de todas as classes, inclusive aquela a que se pertence. Já que "uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes", a "libertação da classe oprimida implica, pois, necessariamente, a criação de uma sociedade nova" (MF, p. 159). Desse modo, diz Marx, ao contrário de todas as classes que no passado conquistaram o poder e cuja primeira tarefa era consolidar a situação adquirida, submetendo a sociedade às suas condições de apropriação, "os proletários não podem apoderar-se das forças produtivas sem abolir a forma de apropriação que lhes era própria e, portanto, toda e qualquer maneira de apropriação. Nada têm de seu a salvaguardar; sua missão é destruir todas as garantias e seguranças da propriedade privada individual" (MC, p. 103).

A visão, difundida por Althusser, de que haveria uma "cesura epistemológica" nos textos de 1848 - os anteriores podem ser desprezados porque escritos pelo "jovem Marx" - faz com que se perca toda esta discussão inovadora que Marx faz da política. Também explica a noção muito difundida de que suas teorias sobre a política e o Estado são lacunares, apresentam-se apenas em germe, precisariam ser mais bem desenvolvidas. Não se compreende que a questão, para Marx, estava mais além: diz respeito à própria natureza da política. Desde 1843, portanto, Marx criticava a política por dentro, ou seja, não pretendia cobrar do Estado uma pretensa postura ainda mais política, democrática, global, mas censurava ontologicamente a própria política, suas premissas. Neste sentido, caberia, fundamentalmente, encontrar a esfera determinante do ser social, que não está no âmbito da política, mas na sociabilidade, busca a que se dedicaria desde então.

PRINCIPAIS OBRAS

Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843

Crítica da filosofia do direito de Hegel -
Introdução, 1843

Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da
Prússia e a reforma social", 1843

Manuscritos econômico-filosóficos, 1844

Manifesto do Partido Comunista, 1848

A sagrada família (com Engels), 1845

Teses sobre Feuerbach, 1845 A ideologia alemã (com Engels), 1846

Miséria da filosofia, 1847

O 18 Brumário de Luís Bonaparte, 1852 A guerra civil na França, 1871

O Capital - Livro I, publicado em 1867; Livros II e III, publicados
postumamente por Engels Grundrisse, 1857 (publicado postumamente)



Crítica à economia política

A crítica ao capital e à sua ciência, à economia política, foi a última e a mais desenvolvida que Marx fez. Note-se que só foi possível tendo em vista as conquistas anteriores, ou seja, a recusa à especulação e a apreensão do estatuto negativo da política. Isto porque, insistia, o idealismo apresenta a realidade de forma invertida, tomando como predicado o que é sujeito e vice-versa. Na verdade, porém, para compreender o Estado é necessário estudar a anatomia da

sociedade civil, e para compreendê-la é necessário inclinar-se até a economia política.

Marx trabalhava com as categorias econômicas no plano filosófico, discutindo-as como categorias de produção e reprodução da vida humana. "As premissas de que partimos", dizia, "não têm nada de arbitrário, não são nenhuma espécie de dogmas, mas premissas reais". Estes pressupostos "são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida" (IA, p. 19). Para Marx, a história humana só é possível se os homens estiverem vivos. O primeiro fato histórico é a produção dos meios indispensáveis à sobrevivência.

Os homens, para sobreviver, devem produzir seus meios de vida, com o que produzem indiretamente sua própria vida material. Os homens são aquilo que produzem e como o produzem. Isto porque a satisfação das primeiras necessidades, a própria ação de satisfazê-las e a conquista dos instrumentos necessários para tanto conduzem a novas necessidades, cuja satisfação eles terão de buscar. A todo modo de produção corresponde um modo de cooperação. Segundo Marx, a soma das forças produtivas disponíveis ao homem condiciona o estado social; por isso, a história da humanidade deve ser sempre estudada a partir da conexão entre a história da produção e do intercâmbio.

A produção da vida é uma relação dupla, com a sociedade e com a natureza. Com esta visão, Marx rompe com a percepção excludente de natureza e sociedade. A natureza fornece os pressupostos que a sociabilidade modifica constantemente, ampliando o domínio social e estreitando os limites da natureza. Esta, assim, é necessária, mas não determinante: esta determinação fica no plano social. Neste plano a atividade humana sensível é que faz a diferença. Os homens, ao produzirem seus meios de vida, produzem a si mesmos, num infinito processo de autoconstrução. Dessa forma, a atividade humana - o trabalho, mediação da sua relação com a natureza - é determinante. Marx mostra como, no capitalismo, a realização do trabalho é a desrealização do trabalhador, a efetivação de um produto é sua desefetivação, sua perda, sua servidão em relação ao objeto. O trabalhador empobrece quanto mais riqueza produz. Para ele, o momento central da divisão do trabalho ocorre com a separação entre trabalho físico e trabalho intelectual. Desta maneira, força produtiva, sociedade e consciência podem e entram em contradição entre si porque, com a divisão do trabalho, "as atividades espirituais e materiais, o desfrute e o trabalho, a produção e o consumo" podem ser atribuídos a diferentes indivíduos (IA, p. 33). O trabalho é a essência do homem, mas revela no capitalismo sua atividade

Libertação da Classe Laboriosa

Para o filósofo alemão, "a condição de libertação da classe laboriosa é a abolição de toda classe" (MF, p. 160). Desta forma, os trabalhadores, no curso do desenvolvimento, destruirão as classes e seus antagonismos e concentrará toda a produção pelos indivíduos livremente associados; aí "não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil", "é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra". Assim, "em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos" (MC, p. 113).

desefetivadora do trabalhador, que acaba se tornando extensão da propriedade privada.

A economia política até parte do trabalho como a essência subjetiva da riqueza da produção, mas acaba privilegiando em sua análise a propriedade privada, que não é senão trabalho estranhado. Parte da propriedade privada como pressuposto, sem explicar suas origens e suas características e sem compreender suas leis internas. Supõe o que deveria ser explicado. Deixa, ainda, de perceber a interconexão de fatores como concorrência, liberdade de ofício, divisão da propriedade. Isto porque não consegue ver o mundo sensível como resultado da atividade sensível dos homens. Capta apenas generalizações abstratas que converte em leis; assim, atua de forma a naturalizar as instituições capitalistas, de forma que se torna a justificativa supostamente



científica da realidade existente. Da economia política resulta uma série de conceitos fixos, imutáveis, que são incapazes de apreender os processos constitutivos das categorias e seu desenvolvimento. Marx contrapõe a esta cientificidade limitada um padrão científico mais elevado - elevado justamente porque capta o todo efetivo dos fenômenos em sua lógica própria. Esta etapa é alcançada pela identificação da gênese, necessidades e desenvolvimento de cada uma das produções da atividade sensível historicamente posta.

O Capital (Das Kapital) é um conjunto de livros (o primeiro foi escrito em 1867, o primeiro publicado em vida) de Karl Marx como crítica crítica da economia política, considerado o marco do pensamento socialista marxista

Para Marx, o comunismo é necessário para permitir o desenvolvimento da personalidade humana. Isto é possível quando o homem pode fruir das criações humanas de todos os tipos, apropriar-se delas não apenas no sentido burguês do ter, mas de maneira omnilateral: "A superação da propriedade privada é, por conseguinte, a emancipação completa de todas as propriedades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação exatamente pelo fato de estes sentidos e propriedades terem se tornado humanos, tanto objetiva quanto subjetivamente" (MEF, p. 98).

Para saber mais:

REVISTA ENSAIOS AD HOMINEM n. 1 t. IV - Dossiê Marx. Santo André, Ad Hominem, 2001. Disponível em: ([http:// www.verinotio.org/edicoes_antiores.htm](http://www.verinotio.org/edicoes_antiores.htm)).

CHASIN, J. "Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica". In: TEIXEIRA, Francisco J. S. Pensando com Marx. São Paulo: Ensaio, 1995.

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. Revista Ensaio 17/18. São Paulo: Ensaio, 1989.

A retomada das três críticas fundamentais mostra que a tomada do estatuto ontológico como ponto de partida das análises põe Marx noutra patamar em comparação com o pensamento contemporâneo. Resta salientar que a atual rejeição da ontologia em prol dos "olhares", dos pontos de vista, das "interpretações", mesmo considerando superá-lo, significa um retrocesso em relação ao pensamento marxiano. Trata-se de um reflexo no pensamento da crise do mundo moderno, do aprofundamento das alienações e dos estranhamentos. Neste sentido, voltar a Marx é fundamental e urgente. E não apenas no sentido de que os clássicos são sempre necessários, mas no sentido de que não se pode compreender o mundo atual sem recorrer ao pensamento marxiano. Por outro lado, qualquer perspectiva de futuro para além do capital - provavelmente a única alternativa à autodestruição, como fica patente no debate recente sobre aquecimento global e outros temas - impõe entender Marx por ele mesmo. Mãos à obra

BIBLIOGRAFIA

O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

"Crítica del derecho del estado de Hegel". In: MARX, Carlos; ENGELS, Frederico. **Obras fundamentales** v. 1 - **Marx: Escritos de juventud**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

"Cavaignac y la Revolución de Junio". In: MARX, C.; ENGELS, F. **Obras fundamentales** v.

5 - Las Revoluciones de 1848. México, Fondo de Cultura Económica, 1989. "A guerra civil na França". In: **Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas** v. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, [s.d.]

La ideologia alemana. Buenos Aires: Ediciones Pueblos Unidos/Editorial Cartago, 1985. Escrito em colaboração com Engels.

"Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução". **Revista Temas de Ciências Humanas** n. 1. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977, pp. 1-14.

"Luchas de clases en Francia de 1848 a 1850." In: MARX, C.; ENGELS, F. **Obras fundamentales** v. 5 - Las Revoluciones de 1848. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

"Manifiesto Comunista". In: Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas v. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d. Escrito em colaboração com Engels.

Manuscrtos econômico-filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1964[?].

Miséria da filosofia. São Paulo: Global, 1985.

A sagrada família ou crítica da crítica crítica. Contra Bruno Bauer e consortes. 2 ed. Lisboa/ São Paulo: Editorial 70/Martins Fontes, [s.d.]
Escrito em colaboração com Engels.

Vânia Noeli Ferreira de Assunção é mestre e doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Autora de Pnademônio de infâmias: classes sociais, Estado e política nos estudos de Marx sobre o bonapartismo (2005), tese (doutorado) apresentada ao Programa de Ciências Sociais da PUC-SP. E-mail: vianoeli@uol.com.br

<http://psiquecienciaevida.uol.com.br/ESFI/Edicoes/16/artigo66044-1.asp>

Pesquisado em - 07/05/2009